

A educação necessária para o século XXI

Eliodete Coelho BEZERRA¹

Resumo: O texto faz uma análise do sistema educacional diante das demandas contemporâneas, apresentando a posição de vários autores acerca de como se encontra a escola bem como as perspectivas de mudança para esse século, principalmente a visão do educador argentino Juan Carlos Tedesco, integrante da UNESCO que considera a crise da educação, que ainda perdura, como um momento de repensar a sociedade, a educação e a escola.

Pontos de partida

Há muito tempo que se fala na crise do sistema educacional, entretanto, ela já não é a mesma. A novidade é que hoje não se conhecem as finalidades da educação, nem para onde ela deve orientar suas ações.

Dessa forma, a crise na educação nos impõe limites, mas também nos permite possibilidades. Os limites estão no sistema educativo, que ainda é autoritário e "capenga", por não conseguir acompanhar as transformações sociais na velocidade em que operam e, como conseqüência, a escola fica numa situação delicada, posto que diante das novas exigências do mundo capitalista, ela deverá assumir uma outra postura, para qual não está preparada e, além disso, precisará redefinir o seu papel e o dos educadores.

Por outro lado, as mudanças permitem-nos ver possibilidades para enfrentar a crise, tais como: conhecer e utilizar a tecnologia da comunicação e da informação para melhorar a prática educativa e as condições de trabalho dos profissionais da educação, estabelecendo uma política séria de formação continuada para esses profissionais, no sentido de reverter, finalmente, a crise do quadro educacional.

Atualmente, a crise apresenta-se sob uma nova ordem mundial, identificada com a passagem de uma soberania moderna típica do Estado-nação para uma soberania chamada de pós-moderna - uma forma política de globalização capitalista chamada de "Império" (Negri & Hardt, 2000, *apud* SINGER, 2000). Essa forma

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Faculdade de Ciências e Letras-UNESP -14800-901-Araraquara/SP

política não substitui a outra na sua essência, pois ela continua excludente e discriminatória. De acordo com Antônio Nunes (2000), essa nova ordem mundial, que inclui uma nova economia e a tecnologia da informação centradas na informática, na internet e nos recursos que ela propicia, continuará provocando mais exclusão social. Nos próprios termos do autor:

Sabemos que a maior parte do mundo é analfabeta, é uma ínfima minoria da população mundial que tem acesso a uma tecnologia tão sofisticada como é a informática. Se se defende que a economia deve assentar-se nesses meios, então é preciso fazer muita coisa antes, senão estamos a condenar à exclusão social não só milhões de pessoas, mesmo nos países ricos, como a maior parte dos países do mundo (p.8).

Nesse contexto, quais serão nossas reais chances de mudar? As perspectivas de mudança assumirão caráter permanente frente às demandas contemporâneas, caso venham carregadas de otimismo que nos mantenha ativos e atentos porque "o desafio de uma luta efetiva contra as políticas neoliberais é enorme e complexo" (GENTILI, 1996, p.41). Logicamente que para isso é imprescindível conscientização e compromisso político, tanto dos educadores quanto dos governantes, na implementação e políticas públicas, ou seja, de uma política educacional brasileira séria.

Desse modo, faz-se necessário um grande esforço de articulação de todas as esferas, pois as transformações sociais provocadas pelas tecnologias de comunicação e informação poderão vir a ser um elemento fundamental atuando "numa perspectiva de efetiva cidadania" (PRETTO, 1999, p. 84).

Neste trabalho, serão comentados alguns tópicos da crise na educação e sua relação com as demandas contemporâneas: nova economia baseada na tecnologia de comunicação e informação, a crescente exclusão social e o papel da escola nesse contexto, tendo como parâmetro a visão de Juan Carlos Tedesco.

A escola total

O mundo capitalista é excludente por natureza. Desse modo, à educação, que sempre foi vista como instrumento de manipulação e marco central das relações de poder e dominação, coube a tarefa de preparar o homem para que se adequasse às exigências do modo de produção globalizado. Hoje se exige um cidadão polivalente,

de tal forma que a educação precisa assumir uma posição diferente da imposta pela sociedade capitalista.

Com as mudanças nas esferas da sociedade ocorreram, como consequência, mudanças no âmbito educativo. A escola, nesse contexto, assumirá a responsabilidade, não apenas pelo desenvolvimento cognitivo, como também pela personalidade dos jovens e futuros profissionais a tendência é a de que ela possua características de uma "instituição total". Essa é a tese fundamental de Juan Carlos Tedesco (1998), segundo o qual, tanto a escola quanto a família, passam por uma ausência de sentido, que é ocasionada pelas transformações sociais, as quais provocaram um *déficit* de socialização que, por sua vez, as impossibilitam de transmitir valores e normas culturais com eficácia, por conseguinte, surge um novo agente socializador, as tecnologias de comunicação e informação, que não foi projetado para cobrir esse *déficit*.

Diante desse quadro, deverá existir uma relação estreita entre a produção, a organização da sociedade e a vida pessoal. Onde o processo de modernização atua com dois componentes básicos: racionalidade e subjetividade. O primeiro refere-se à organização da vida social e das atividades produtivas através da incorporação da ciência e da tecnologia, enquanto o segundo está relacionado ao desenvolvimento integral da personalidade, libertada das limitações impostas pelos determinantes sociais ou culturais. "O drama de nossa modernidade foi que ela se desenvolveu lutando contra a metade de si mesma, contra o indivíduo e sua liberdade" Touraine (*apud* TEDESCO, *ibidem*, p.89).

A educação constitui-se como um dos locais da luta entre racionalidade e subjetividade, sendo que esta última ficou alijada na organização do processo educativo, cuja principal finalidade é preparar o indivíduo para a integração racional à sociedade. Por isso, o fundamental é dar ênfase à aprendizagem dos aspectos universais, acima dos particularismos e dos sentimentos.

A crise atual é justamente a crise das concepções unidimensionais da modernidade. Há uma forte tensão entre racionalidade e subjetividade. Portanto, o desafio da sociedade e da educação é encontrar a articulação entre esses dois componentes no plano de uma ação social, isto é, de atores sociais e não meramente de indivíduos isolados.

Os docentes

No contexto, em que a escola assume a qualidade de uma "instituição total", é imprescindível a capacitação permanente dos profissionais da educação, cujo papel será muito mais árduo do que se possa imaginar. Além de educadores, técnicos e militantes deverão estar comprometidos com a educação de indivíduos excluídos socialmente, apontando-lhes perspectivas de vida e proporcionando-lhes o desenvolvimento de suas potencialidades.

Segundo Rosa Maria Torres (1999), nesse novo modelo educacional exige-se um rol de competências para o docente:

Ele é desenhado para ser eficiente e eficaz, sendo caracterizado como sujeito polivalente, profissional competente, agente de mudança, praticante reflexivo, professor investigador, intelectual crítico e transformador (p.101).

Para a autora, entretanto, esta lista de competências, por si só, não permite a este docente desempenhar seu trabalho com a eficácia exigida, dado que sua real condição de exercício profissional não condiz com esta exigência.

Em termos gerais, as substanciais mudanças na economia mundial provocam mudanças diretas no campo educativo e as novas tecnologias de comunicação e informação, por seu turno, estão provocando exigências para o profissional da educação. Para tanto, deverá atualizar-se continuamente para melhorar suas capacidades de atuações, apesar de a situação sócio-econômica e as condições objetivas de trabalho dificultarem tal melhoria. A política educacional do Governo Federal e dos estaduais e municipais, na sua maioria, não contribui para amenizar esta situação, visto que não há uma política de incentivo, de tal forma que reverta, positivamente para os docentes, o quadro que está posto. Paradoxalmente, a educação continua a ser invocada como "*tábua de salvação*" para resolver os problemas sociais.

A reforma educacional

A reforma educativa sempre surge como forma de reverter o quadro que ora se nos apresenta. Entretanto, na maioria das vezes não consegue contornar a situação, pois historicamente os profissionais da educação vêm sendo excluídos na elaboração e concepção das leis e reformas educacionais. À medida que eles não

participam desse processo não se sentem co-responsáveis. O professor deveria ser, no mínimo, consultado porque é ele quem vai estar na sala de aula para trabalhar com as demandas advindas da sociedade. A nossa história educacional até registra a participação dos profissionais da educação na elaboração de leis educacionais, como exemplo o caso da Lei 9394/96, entretanto foram golpeados pelo substitutivo "Darcy Ribeiro". Por este motivo, dentre outros, que a reforma não provoca o efeito desejado pelo conjunto da sociedade.

Desse modo, não se pode esperar que as coisas aconteçam como um passe de mágica. A reforma educativa é um processo complexo, que requer uma estratégia de interesses ligados aos diversos setores da sociedade. Sendo assim, deverá partir do interesse dos educadores, porque deles não se deve esperar que sejam meros executores dessa reforma, pois são os que vão lhe dar corpo e sentido. Afinal, as experiências têm demonstrado resultados que não corresponderam às suas expectativas e esforços e, desta forma, têm-lhes sido provocado um forte ceticismo em relação às contínuas reformas.

Desta feita, há exigências para que, efetivamente, a mudança educacional aconteça de forma favorável para os profissionais da educação. Portanto, faz-se necessário um acordo comum entre os diversos agentes sociais e que este signifique uma oportunidade, para ambos, de avançar profissional, individual e coletivamente.

Considerações finais

Diante dos avanços tecnológicos característicos das demandas contemporâneas, a escola continua não sabendo quais são as medidas necessárias para que ela possa, pelo menos, acompanhar as transformações que estão acontecendo. Vimos que o desafio é grande e que nossas escolas necessitam muito mais do que equipamentos. Portanto, urge a necessidade de profissionais da educação capazes de enxergar longe, enfocando uma escola que não seja apenas idealizada, a escola do futuro distante, mas a escola do agora, a escola do futuro possível.

Referências

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Org.). **Escola S.A:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996, p. 9-49.

NUNES, Antônio José Avelãs. O mundo em desequilíbrio. **Jornal Liberal**, 4.2000, p.8.

PRETTO, Nelson. Educação e inovação tecnológica: um olhar sobre as políticas públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, n.11, maio/jun./jul./ago., 1999, pp.75-85.

SINGER, André. O contra-Império ataca: sistema imperial adapta-se ao modelo político dos EUA, hegemônico a partir de 1991. **Folha de São Paulo**, ano 80, n. 26.107, p.11, set. 2000. Caderno Mais.

TEDESCO, Juan Carlos. **O novo pacto educativo:** educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 1998.

TORRES, Rosa Maria. **B. Nuevo rol docente:** ? Qué modelo de formación, para qué modelo educativo? In: Fundacion Santillana: Aprender para el futuro nuevo marco de la troca docente. UBRA, 1999, pp 99-111.